



Forças Armadas Portuguesas — Fatores e Elementos Geopolíticos e Geoestratégicos nos Princípios de 1995*

J. Lopes Alves**

Partindo de considerações geopolíticas e geoestratégicas, o artigo apresenta uma sistemática aplicável à determinação da estrutura das FFAA portuguesa, capaz de ser apropriada por qualquer outra força armada.

A Instituição Militar de qualquer país e, concretamente, o meio de força que a constitui, as Forças Armadas, só podem dar cumprimento à missão de Segurança e Defesa, bem como a outras missões eventuais determinadas pelo respectivo Estado, se a sua estrutura for adequada, dispuserem permanentemente do apoio do Poder Político a que se subordinam, e se tiverem

comportamento destacado no âmbito de uma ética positiva, em que sejam relevantes os altos valores históricos e atuais que enformam a respectiva comunidade.

Para um Estado consciente em que todos os seus domínios e setores se assumam na realidade efetiva dos seus dois componentes, o solo e a população, que saiba fazer, com acuidade e precisão, e manter atualizados os estudos-de-situação que, em dado momento se exigem, que alicerce, conseqüentemente, as suas atitudes fundamentais em aspectos "de vontade, de determinação, de sensatez,

** General do Exército português.

* Selecionado pelo PADECEME.

de equilíbrio, de sentido de justiça, de confiança e de perseverança”, que possua e respeite objetivos e tenha uma doutrina válida e, geralmente, conhecida e aceite para os realizar, sem dúvida que as suas Forças Armadas conterão, em si próprias, os predicados que necessitam para se imporem e destacarem.

A Instituição Militar e as Forças Armadas surgem, assim, em tal Estado, como o “espelho da sua nação” — englobando-se nesta imagem a influência que, pela sua formação e pelo seu comportamento específicos, exercem nas suas características objetivas e subjetivas e no estudo e formulação pelo Estado das decisões políticas e estratégicas concernentes à missão e às doutrinas que têm de ser necessariamente eleitas para a executar.

Excetuando uma ou outra oposição mais ou menos séria ou violenta dos detentores da Força ao Poder Político no período em causa constituído, sempre o relacionamento das Forças Armadas portuguesas com a sua autoridade política se inscreveu, desde os primórdios da independência do País, em 1140, até à atualidade, adentro do esquema normativo acima considerado. E à luz dos conceitos atuais, quer, primeiro, em longo regime monárquico até 1910, quer desde então em regime republicano, o Exército, a Marinha e, a partir dos primeiros anos do século XX, também a Força Aérea, foram continuamente “símbolo da presença da Nação e de dignidade, fator e guardião de nobilíssimas tradições nacionais e construtores da Pátria”.

Todavia, no século XIX, a partir do início da Guerra Civil e, particularmente, nos seus últimos anos, as Forças Armadas ganharam, temporariamente, mentalidade intervencio-

nista na vida política do Estado, em tempo em que não se verificava ainda essa intervenção por parte da generalidade das populações. Uma tal mentalidade, que veio a prolongar-se nas décadas seguintes do atual século, até cerca de 1980, e foi em certo período esteio de regime autoritário, ficou a dever-se aos “enormes sacrifícios arrostados pelo seu pessoal nas guerras de pacificação e de consolidação da Soberania Nacional no então Ultramar Português, na exaltação pública promovida no País aos feitos então praticados e, ainda, na indiferença e na inoperância com que alguns vultos políticos se comportaram face a candentes problemas internos e externos da Nação”.

O regresso às fronteiras do século XV a que a Revolução de 25 de abril de 1974 deu lugar, com apenas o território continental ibérico, a Metrópole, e dois arquipélagos, os Açores e a Madeira, a pairarem no Oceano Atlântico, tudo se modificou, ainda que não instantaneamente. Como é característico e conhecido de todos os movimentos subversivos e revolucionários, como foi o daquela data, viveu-se durante alguns anos em absoluta intranquilidade no seio das Forças Armadas, alargada aos partidos políticos e às populações, durante a qual constantemente se opuseram — felizmente apenas ao nível das idéias — elementos radicais, comungadores na ideologia marxista-leninista, e ainda outros, em maior número, campeando pelo conservadorismo ou, mais exatamente, por mitigado conservadorismo-socialista, que procuraram estabilizar a Organização e influenciar, simultaneamente, no melhor sentido para as tradições do País, a par da estabilização das Forças Armadas, o seu processo de desenvolvimento político e econômico e o da

instauração da Democracia pluralista entre os portugueses.

Não houve tempo nem ambiente político adequados nesse agitado período para o reajustamento do volume, muito empolado, dos três ramos das Forças Armadas, em especial do Exército, de modo a proporcioná-lo ao agora limitado espaço geopolítico e geoestratégico com que se passou a contar, e à amplitude e natureza da missão, dos campos interno e externo, naturalmente decorrente. Foram iniciados desde logo, é certo, ponderados e pormenorizados estudos para essa finalidade, mas muitos poucos deles foram então apreciados e decididos pelo Poder Político instituído, também ele afetado pela acentuada instabilidade que influenciava a vida da Nação; e, só a partir dos fins da década de oitenta, então com um Estado e um Governo politicamente fortalecidos e desejando inovar, se penetrou com vontade e possibilidade na ingente tarefa de reestruturar, reorganizar e redimensionar as Forças Armadas, visando a dotá-las dos meios de pessoal e de equipamentos adequados.

Tal tarefa, ainda em curso, conduziu à redução substancial dos efetivos tornados excedentes, à melhoria da qualidade dos que restaram e à substituição de grande parte dos materiais disponíveis, tornados obsoletos e arruinados por quase dezena e meia de anos de guerra na África e pelo progresso técnico entretanto verificado.

O corrente ano de 1995 surge, deste modo, como período de continuidade da volumosa reorganização militar encetada e da obtenção efetiva de alguns resultados

positivos adentro das organizações afetadas, mas também, de reflexão e de eventual reversão sobre outros que se revelaram já, ou poderão vir a revelar-se proximamente, inadequados ou desajustados às características geopolíticas e geoestratégicas da comunidade.

O ÂMBITO GEOPOLÍTICO E GEOESTRATÉGICO ATUAL

No espaço geográfico europeu ou, melhor, euro-atlântico em que, desde 1975, se encontra inserido,¹ e integrado, portanto, nas unidades continental e atlântica que nele se sobrepõem, Portugal distribui-se no seu todo por três parcelas, que podem considerar-se em dispositivo triangular² e que são o Portugal Continental, a parcela histórica, condutora sempre da sua epopéia no mundo, e os Arquipélagos dos Açores e da Madeira, parcelas insulares, como no esquema que acompanha estas notas se especifica.

As distâncias que medeiam entre as três parcelas e as características geofísicas e geoumanas, respectivamente, do seu território e das suas populações — assentes, estas, numa clara identidade rásica, lingüística e cultural e com idêntico grau de desenvolvimento — apontam de imediato como fator político e estratégico que a valoração e a afirmação interna e externa do conjunto depende inteiramente do espírito de ligação, de entendimento e de unidade entre elas estabelecido, sejam quais forem os domínios e as linhas-de-ação considerados.

1 Espaço que, como se disse anteriormente, era o que o País possuía há 550 anos.

2. O Triângulo Estratégico Português (TEP).

instauração da Democracia pluralista entre os portugueses.

Não houve tempo nem ambiente político adequados nesse agitado período para o reajustamento do volume, muito empolado, dos três ramos das Forças Armadas, em especial do Exército, de modo a proporcioná-lo ao agora limitado espaço geopolítico e geoestratégico com que se passou a contar, e à amplitude e natureza da missão, dos campos interno e externo, naturalmente decorrente. Foram iniciados desde logo, é certo, ponderados e pormenorizados estudos para essa finalidade, mas muitos poucos deles foram então apreciados e decididos pelo Poder Político instituído, também ele afetado pela acentuada instabilidade que influenciava a vida da Nação; e, só a partir dos fins da década de oitenta, então com um Estado e um Governo politicamente fortalecidos e desejando inovar, se penetrou com vontade e possibilidade na ingente tarefa de reestruturar, reorganizar e redimensionar as Forças Armadas, visando a dotá-las dos meios de pessoal e de equipamentos adequados.

Tal tarefa, ainda em curso, conduziu à redução substancial dos efetivos tornados excedentes, à melhoria da qualidade dos que restaram e à substituição de grande parte dos materiais disponíveis, tornados obsoletos e arruinados por quase dezena e meia de anos de guerra na África e pelo progresso técnico entretanto verificado.

O corrente ano de 1995 surge, deste modo, como período de continuidade da volumosa reorganização militar encetada e da obtenção efetiva de alguns resultados

positivos adentro das organizações afetadas, mas também, de reflexão e de eventual reversão sobre outros que se revelaram já, ou poderão vir a revelar-se proximamente, inadequados ou desajustados às características geopolíticas e geoestratégicas da comunidade.

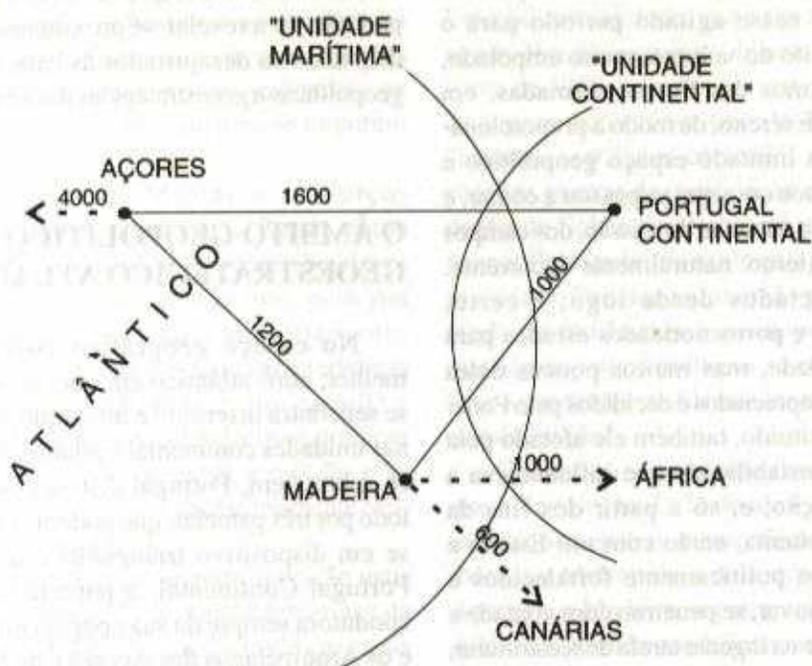
O ÂMBITO GEOPOLÍTICO E GEOESTRATÉGICO ATUAL

No espaço geográfico europeu ou, melhor, euro-atlântico em que, desde 1975, se encontra inserido,¹ e integrado, portanto, nas unidades continental e atlântica que nele se sobrepõem, Portugal distribui-se no seu todo por três parcelas, que podem considerar-se em dispositivo triangular² e que são o Portugal Continental, a parcela histórica, condutora sempre da sua epopéia no mundo, e os Arquipélagos dos Açores e da Madeira, parcelas insulares, como no esquema que acompanha estas notas se especifica.

As distâncias que medeiam entre as três parcelas e as características geofísicas e geoumanas, respectivamente, do seu território e das suas populações — assentes, estas, numa clara identidade rásica, lingüística e cultural e com idêntico grau de desenvolvimento — apontam de imediato como fator político e estratégico que a valoração e a afirmação interna e externa do conjunto depende inteiramente do espírito de ligação, de entendimento e de unidade entre elas estabelecido, sejam quais forem os domínios e as linhas-de-ação considerados.

1 Espaço que, como se disse anteriormente, era o que o País possuía há 550 anos.

2. O Triângulo Estratégico Português (TEP).



O TRIÂNGULO ESTRATÉGICO PORTUGUÊS (TEP) — (Distâncias em quilômetros)

Desse modo, o conjunto Continente-Arquipélagos assume natural "responsabilidade política e estratégica continental, onde se insere com o Continente, e responsabilidade política e estratégica marítima, onde se manifesta igualmente com o Continente, e agora, também, com os dois arquipélagos atlânticos".

Em síntese, como sempre foi através dos séculos desde a sua formação, Portugal é, assim, potencialmente bivalente face à terra e face ao mar, "tendo sido a realidade desses

aspectos que orientou, em 1949, a sua política para a assinatura do Tratado da Aliança Atlântica e, modernamente, para a entrada e permanência noutras organizações europeias, como a União da Europa Ocidental (UEO) e a Comunidade Europeia (CE)".

Em termos gerais, uma tal política abrange, nos tempos atuais, conseqüentemente: a participação ativa na defesa continental europeia e nas defesas aérea e marítima globais, com particular relevância para a área do Atlântico e para o conjunto

África do Norte-Mediterrâneo; a defesa a todo o custo da sua base territorial e humana, que constitui o TEP; e a assunção de condições político-estratégicas que lhe permitam desempenhar outras responsabilidades atinentes.

Ultrapassadas completamente, a partir de 1974, as características de isolamento internacional em que o País vivia desde os anos a seguir à Segunda Guerra Mundial, mercê da política seguida em relação ao seu então Ultramar, e vencido o período de instabilidade interna verificada nas décadas de setenta e oitenta, decorrente da Revolução de Abril, o País é, presentemente, núcleo geopolítico e geoestratégico com diversos vetores de interesse orientados para áreas, organizações e países diversos que influenciam claramente a sua vivência interna.

Olvidando, por desatualizados, os antigos Blocos Ocidental e de Leste e o ainda afirmado Terceiro Mundo global, são hoje esses vetores: a Europa, para lá dos Pirineus; a Espanha; o Reino Unido; o País do Magrebe; os Países africanos de língua oficial portuguesa; o Brasil; os Estados Unidos da América; o Estado do Vaticano; Macau e Timor Leste.

A Europa

É o continente em que o País se integra e ao qual política e culturalmente sempre esteve ligado, desde os primórdios da sua formação como Nação e Estado, quase sempre até por relações de parentesco entre as classes familiares reinantes.

A materialização desta ligação foi, no entanto, sempre prejudicada por via terrestre, pela existência do território espanhol, levando, em consequência, o País a explorar a via marítima, utilizando o Atlântico.

O País pertence a todas as Organizações estabelecidas³ e, para além de aliança com o Reino Unido desde 1383, tem acordos bilaterais de colaboração e assistência mútua, no âmbito da NATO, com a França, desde 1977, e com a Alemanha, desde 1980.

A Espanha

Pelo seu atual poderio de todos os domínios, globalmente reconhecido, e pelas características peculiares de afirmação do seu povo, entre as quais se conta a tendência histórica de absorção do "abcesso português" da banda ocidental atlântica, ainda muito recentemente proclamada por algumas entidades espanholas responsáveis, é vizinho com o qual há que manter e desenvolver as melhores relações, mas atentos aos aspectos focados e ao presente controle econômico e financeiro que está a gerar-se do outro lado da fronteira, em especial através das suas regiões autonomizadas.

A mútua ligação dos dois países às organizações europeias se, por um lado, permite que Portugal se furte a esse controle, conduz, por outro, a mais estreita ligação no âmbito regional.

Existe, desde 1977, um Tratado de Amizade e de Cooperação entre os dois países, visando a concretamente "boa vizinhança e estímulo nas relações em diversos domínios".

3. NATO, OSCE, CE e UEO.

País do Magrebe

É, no seu conjunto, um outro vizinho, em especial Marrocos e Argélia, que, embora mais distante, Portugal tem de acompanhar com atenção, considerando a sua proximidade, a ligação e a oposição históricas que, até meados do século XVIII, manteve com aqueles dois países, a sua influência estratégica nas relações entre o Mediterrâneo e o Atlântico, o atual incremento do fundamentalismo islâmico e o desejo por vezes manifestado de readquirir localmente e no continente europeu a posição de domínio que teve até aos fins do século XV.

Portugueses e magrebinos são, em muitos aspectos, também irmãos e tem procurado fazer frutificar essa irmandade.

A permanência da Espanha em Ceuta e Melilha, que Marrocos reivindica e com o qual Portugal assinou Tratado de Amizade e Cooperação extensivo ao domínio militar, constitui fator de preocupação para Portugal, pela sua inserção física e política na Península Ibérica.

Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

Pertencem, desde o século XV, ao domínio da cultura portuguesa e continuam a representar pólos em relação aos quais Portugal tem necessidade, para benefício mútuo, de praticar a melhor cooperação e de fazer todos os sacrifícios para participar no seu desenvolvimento.

Essa atitude do País deverá respeitar, em absoluto, a soberania e as intenções daqueles países e manter-se na idéia, sem dúvida certa, de que dentro de alguns anos, saradas as

atuais feridas, Angola e Moçambique serão, como hoje o Brasil do outro lado do Atlântico Sul, pelas suas possibilidades, núcleos muito importantes de uma África e de um mundo em ebulição.

Brasil

Também *País-irmão*, ao qual Portugal se liga por indiscutíveis e indestrutíveis laços de todos os domínios e que impõem permanente vantagem em desenvolver, é já uma potência no ainda instável continente americano do sul e no mundo.

As suas imensas possibilidades, a identidade cultural que perdura no País com todos os países de língua e expressão portuguesas e a sua vontade de afirmação política e estratégica global poderão guindá-lo, em período próximo, a posição dominante numa, uma vez estabelecida e bem definida, Comunidade de Povos Luso-Afro-Brasileiros.

Portugal, na sua expressão política e estratégica, tem de atender sempre a essas realidades.

Estados Unidos da América

Ainda que também continental é, desde o termo da Segunda Guerra Mundial, potência marítima global, bordando o Atlântico por Oeste, e constitui, portanto, vetor de orientação política e estratégica para Portugal, pelos interesses mútuos, decorrentes da Aliança Atlântica, e bilaterais, assim estabelecidos e respeitados.

Os EUA substituíram, na sua utilidade para Portugal, a Inglaterra que, enquanto garantiu a sua superioridade naval nos ma-

res que banham os continentes africanos e asiático, onde se situavam então muitos territórios portugueses e muitos deles com fronteiras com territórios ingleses, era, de fato, a potência que mais lhe interessava.

No vértice mais ocidental do Triângulo Estratégico Português, no Arquipélago dos Açores, situa-se uma das bases de maior interesses global para os Estados Unidos, a Base das Lajes, na Ilha Terceira, que o País utiliza, conjuntamente com a Força Aérea portuguesa, no interesse do próprio País e da Aliança Atlântica.

Portugal e Estados Unidos encontram-se ligados, desde 1951, por um Acordo de Defesa, que visa à colaboração e assistência militar no âmbito da Aliança.

Reino Unido

Ainda que tenha perdido, com a Segunda Guerra Mundial e com a independência da quase totalidade dos seus domínios africanos e asiáticos que se seguiu àquele conflito, a sua posição de potência marítima dominante, constitui ainda hoje núcleo de interesse político e estratégico para o País uma vez que a ele nos liga uma aliança de seiscentos anos, que, no entanto, tem apenas funcionado só em seu favor, e que a sua disputa com a Espanha, quanto à soberania sobre o Território de Gibraltar, coloca Portugal no centro de eventual agravamento das suas relações.

Estado do Vaticano

Embora esse Estado se encontre, aparentemente, fora da política e da estratégia globais, Portugal tem de assumir, em relação

a ele, relacionamento bem definido e ponderado, dado que existem no seu território cerca de oito milhões de católicos, embora apenas cerca de metade praticantes.

As características de educação, cultura e informação da generalidade das populações do País permitem, de fato, admitir que aquele volumoso grupo possa eventualmente orientar-se por comportamentos determinados pelo Vaticano contrários a medidas preconizadas pelo Estado português.

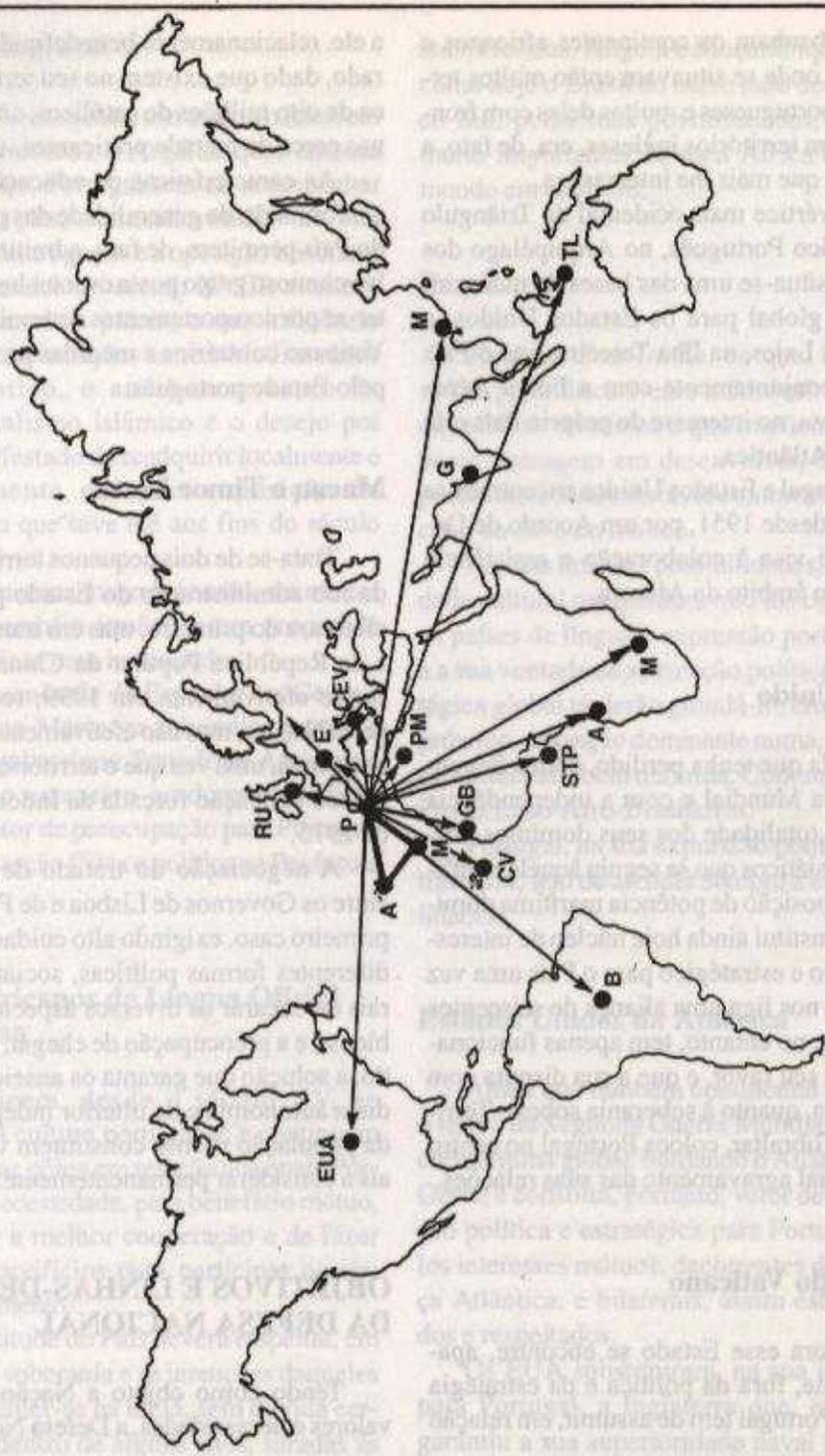
Macau e Timor Leste

Trata-se de dois pequenos territórios ainda sob administração do Estado português: efetiva, a do primeiro, mas em transição para a da República Popular da China, a verificar-se efetivamente em 1999; reconhecida pelas Nações, mas não efetivamente exercida, a segunda, uma vez que o território se encontra sob ocupação forçada da Indonésia, desde 1975.

A negociação do tratado de transição entre os Governos de Lisboa e de Pequim, no primeiro caso, exigindo alto cuidado, face às diferentes formas políticas, sociais e culturais de encarar os diversos aspectos do problema, e a preocupação de chegar, no segundo, a solução que garanta os anseios de imediata autonomia e de ulterior independência da população tirense constituem vetores reais a considerar permanentemente.

OBJETIVOS E LINHAS-DE-AÇÃO DA DEFESA NACIONAL

Tendo como objeto a Nação nos seus valores e necessidades, a Defesa Nacional do



VECTORES DE INTERESSE POLÍTICO E ESTRATÉGICO

País tem como *Objetivos Permanentes* os seguintes:

- garantir a independência nacional;
- assegurar a integridade do território nacional;
- salvaguardar a liberdade e a segurança das populações, bem como a proteção dos seus bens e do património nacional;
- garantir a liberdade de ação dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a possibilidade de realização das tarefas fundamentais, do Estado;
- contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, de modo que possa prevenir ou reagir pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaça externa;
- assegurar a manutenção ou o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais.

No quadro da situação internacional atual, da política do Estado e das decorrentes necessidades de Segurança e Defesa, aqueles *Objetivos* conduzem às *linhas-de-ação*, "para a estratégia global do Estado", que se referem a:

- fortalecer a vontade coletiva de defesa;
- valorizar a posição de Portugal e reforçar a sua capacidade de ação no mundo, como afirmação da sua individualidade no seio da sociedade internacional;
- participar na definição e na concretização do novo quadro em que se situará a OTAN, tendo em especial atenção a preservação dos laços transatlânticos;
- participar no processo de aprofundamento da integração europeia. Acompanhar, nesse contexto, os desenvolvimentos relativos às componentes de segurança e defesa europeias;

• desenvolver e consolidar as relações com Estados a que Portugal está associado por laços históricos e culturais, com especial ênfase para a comunidade de países de língua portuguesa;

- garantir um quadro de alianças adequado que possibilite reduzir ao mínimo as vulnerabilidades, salvaguardando e promovendo ao máximo as potencialidades nacionais;
- garantir uma componente militar de defesa própria que desencoraje a agressão e facilite, em caso de conflito, o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais e que, paralelamente, permita a satisfação dos compromissos internacionais assumidos, quer no âmbito da participação em alianças quer no âmbito mais genérico da participação nos esforços da comunidade internacional, para fazer face a situações que afetem a estabilidade e a segurança.

Entre as doutrinas dos diversos setores do Estado interessados na Defesa e que abrangem, no seu conjunto, todos os princípios e orientações do Estado indispensáveis para a sua efetivação, a doutrina militar, para além de disposições concretas relativas ao recrutamento, mobilização, preparação, manutenção e o apoio das Forças necessárias, relaciona as capacidades que estas tem de assumir na sua articulação e no seu empenhamento permanentes.

São as seguintes:

- realizar operações conjuntas de vigilância, controle e defesa do território nacional, bem como de vigilância e controle do espaço interterritorial;
- satisfazer os compromissos assumidos por Portugal, no âmbito da OTAN e da UEO, com os graus de prontidão acordados;

- *colaborar em missões de manutenção ou de estabelecimento da paz, integradas em forças multinacionais a constituir no âmbito internacional;*

- *realizar missões de interesse público, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar, participar em ações de auxílio humanitário no interesse da comunidade internacional e colaborar na preservação e reposição das condições ambientais;*

- *atuar em situações de estado de sítio ou de emergência, conforme definido em lei própria.*

ESTRUTURA DAS FORÇAS ARMADAS

Em face das suas necessidades de ordem política e estratégica, internas e externas, o País engloba, atualmente, numa população de cerca de dez milhões de habitantes, em que o número de homens e mulheres se equivale, umas Forças Armadas com o efetivo total aproximado de 50.000 componentes e em que o tempo de serviço nas fileiras, variável de acordo com as necessidades de especialização e do serviço de guarnição, é de 4 a 8 meses, para o Exército, e de 4 a 18 meses, para a Marinha e Força Aérea.

A distribuição daquele efetivo total pelos três ramos abrange, sensivelmente: Exército, 27.000, com 15.000 conscritos; Marinha, 12.500, com cerca de 1.000 conscritos 2.000 Fuzileiros Navais; e Força Aérea, 10.000, com cerca de 2.000 conscritos.

Realizando a segurança permanente das populações e podendo cooperar, se necessário, em missões de Defesa, existem ainda, no País, as Forças Militares e Militarizadas seguintes: Guarda Nacional Republicana (Corpo Militar), com cerca de 30.000 homens; e

Polícia de Segurança Pública (Corpo Militarizado), com cerca de 20.000 homens.

O orçamento dos três ramos, para 1994, atingiu 258.500 milhões de escudos (correspondente a 1.500 milhões de dólares).

O pessoal da reserva, mobilizável até aos 35 anos, atinge o efetivo de 210.000 homens para todos os ramos.

Como já foi, de certo modo, afluído, os efetivos atuais das Forças Armadas resultaram de três necessidades dominantes:

- redução do pessoal em serviço, em oficiais, sargentos e praças, decorrente do termo das Guerras de Independência do ex-Ultramar, que esteve substancialmente aumentado;

- reajustamento dos efetivos e do equipamento às missões de Segurança e Defesa atuais, incluindo as relativas a alianças e a outros acordos internacionais, que voltaram a ser plenamente preparadas;

- conciliação das necessidades de reestruturação, reorganização e redimensionamento anteriores com as disponibilidades financeiras nacionais e com os apoios obtidos de outros países.

Essa política de efetivos visou, ainda, a dispor permanentemente de Força capaz de constituir dissuasão imediata para eventual agressor, atender à realidade de que os pequenos países não podem, por si sós, fazer face a agressões, de que é necessário tempo para o funcionamento de mecanismos de defesa, de que é indispensável realizar cooperação efetiva com outros países nesse domínio e de que é imperativo acompanhar da melhor forma a evolução, hoje acelerada, da Organização, da Técnica e dos sistemas de Comunicação e Ligação que é patente nos países mais desenvolvidos.

O cumprimento da missão e a realização dos objetivos da política de Defesa Nacional

referidos exigem que o "sistema de forças nacionais", com meios próprios ou obtidos por acordos bilaterais ou decorrentes de alianças, assente nas áreas e potencialidades abaixo enumeradas.

• *Para defesa aérea:* sistemas de aviso antecipado, de Comando, de Controle e de Comunicações e Informações; aviões de interceptação; mísseis superfície-ar, de médio e de curto alcance;

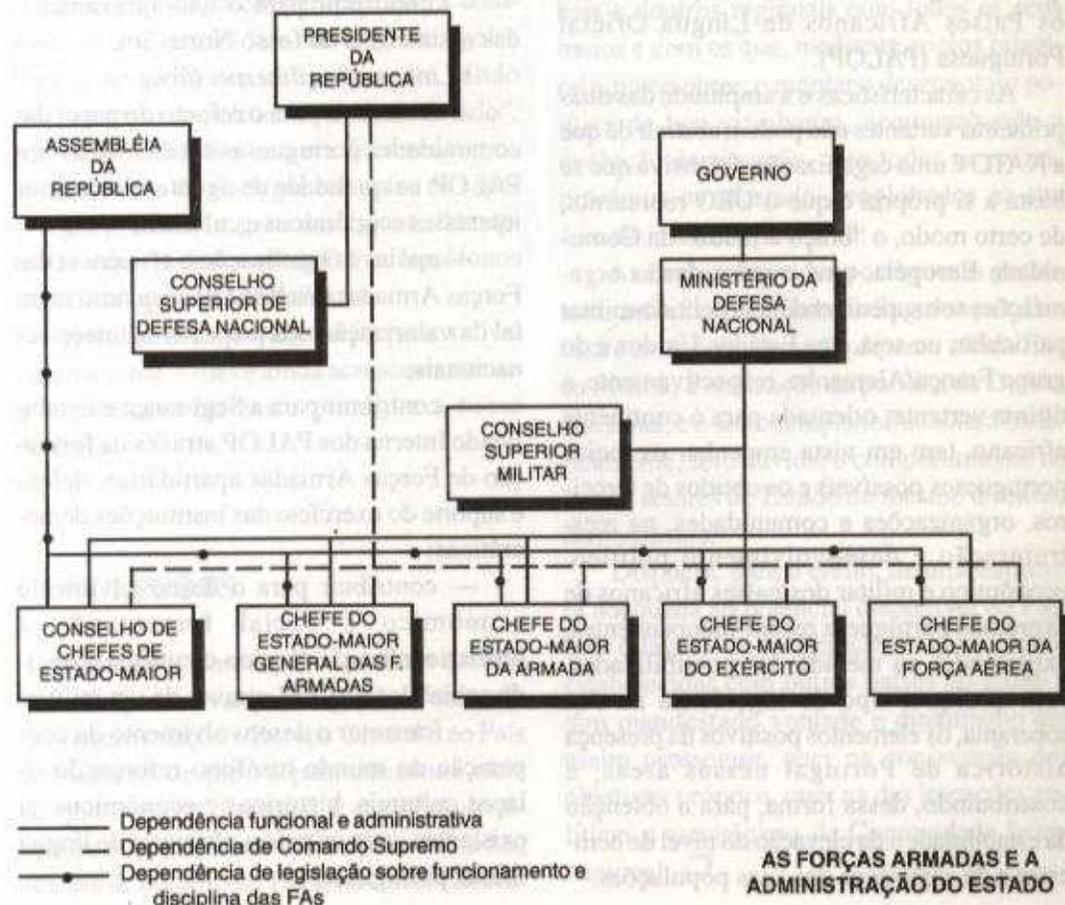
• *Para defesa terrestre:* unidades terrestres, aéreas e navais de defesa territorial e unidades de transporte militar interterritorial;

• *Para defesa naval:* unidades navais e aéreas para luta contra submarinos e navios de superfície e para a guerra de minas;

• *Para satisfação de compromissos NATO:* unidades terrestres, navais e aéreas para eventual reforço do Comando Aliado da Europa e do Comando do Atlântico;

• *Para satisfação de compromissos de cooperação:* no âmbito das possibilidades, meios para a execução de missões humanitárias, de manutenção da paz e, eventualmente operacionais.

O organograma a seguir posiciona as Forças Armadas e a administração do Estado.



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A COOPERAÇÃO

A área da Cooperação ou Cooperação Técnico-Militar (CTM) a que no item anterior se faz referência, já em realização em certos domínios no âmbito da política de Defesa, pode ser compreendida nas seguintes vertentes globais, paralelas e executoriamente interligadas, "contribuindo umas e outras, simultaneamente, para as ações integradas na ajuda pública ao desenvolvimento nacional".

São essas vertentes: cooperação no quadro da Aliança Atlântica; cooperação no quadro dos países da UEO; e cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

As características e a amplitude das duas primeiras vertentes não podem abstrair de que a NATO é uma organização defensiva que se basta a si própria e que o UEO representa, de certo modo, o "braço armado" da Comunidade Européia, uma e outra destas organizações sob superintendência político-militar particular, ou seja, dos Estados Unidos e do grupo França/Alemanha, respectivamente, a última vertente, orientada para o continente africano, tem em vista empenhar os meios portugueses possíveis e os obtidos de terceiros, organizações e comunidades, na reestruturação e desenvolvimento político, económico e militar dos países africanos de expressão portuguesa recém-independentes, explorando, na medida das possibilidades, sem qualquer tipo de ingerência na sua soberania, os elementos positivos da presença histórica de Portugal nessas áreas, e contribuindo, dessa forma, para a obtenção da estabilidade e da elevação do nível de bem-estar e de segurança das suas populações.

No seu conjunto, a Cooperação engloba as linhas-de-ação seguintes, umas gerais, de interesse global, e outras específicas dos Países Africanos de Língua Portuguesa:

• *Linhas de ação gerais*

— contribuir para a afirmação da presença de Portugal no mundo, através da atuação da Forças Armadas portuguesas como instrumento da política externa do Estado;

— fomentar a consolidação da idéia de Instituição Militar, como elemento estruturante dos Estados e das Nações trabalhando as capacidades de unidade e de identidade nacionais;

— contribuir para o não-agravamento das assimetrias do fosso Norte-Sul.

• *Linhas de ação específicas*

— contribuir para o reforço do papel das comunidades portuguesas estabelecidas nos PALOP, na qualidade de agentes dos nossos interesses económicos e culturais;

— apoiar a organização e eficiência das Forças Armadas dos PALOP no quadro mental da valorização dos respectivos interesses nacionais;

— contribuir para a Segurança e Estabilidade Interna dos PALOP através da formação de Forças Armadas apatidárias, defesa e suporte do exercício das instituições democráticas;

— contribuir para o desenvolvimento económico e social fomentando a profissionalização técnico-científica do tecido social dos PALOP, através da via militar;

— fomentar o desenvolvimento da cooperação do mundo lusófono reforçando os laços culturais, históricos e económicos, já existentes, com os países africanos de língua oficial portuguesa;

— contribuir para a vulgarização do uso da língua portuguesa.

É de salientar ainda que a CTM, realizada pelas Forças Armadas no quadro de doutrina do Estado e das orientações particulares decorrentes dos seus planeamento, acompanhamento e evolução política, exige da parte daquelas Forças, no âmbito do respeito permanente pela Ética Militar, capacidade de criatividade, flexibilidade e perseverança; e facilidade de adaptação, que sempre existiu entre os portugueses, em especial nos militares, a situações de carência de meios e sua adequação às finalidades.

Sem dúvida, a cooperação assim compreendida e realizada a nível global pelas Forças Armadas constitui altamente válido "instrumento da política externa do Estado", potenciando a influência e a decorrente projeção externa de Portugal em todos os espaços geopolíticos e geoestratégicos, "designadamente, já destacados, Países Lusófonos de África" que dela beneficiam.

Resulta de tudo muito reforçada a nível internacional — deve ainda acrescentar-se — a experiência histórica portuguesa nesse domínio.

CONCLUSÕES

Parte, a ocidente, sobre a terra e sobre o mar, do "posto avançado" que é a Península Ibérica em relação à Europa Central e ao País do Magrebe, de que o separam dezena e meia de quilómetros, Portugal é também destinatário e membro ativo das ações definidas, em fins de outubro de 1994, na celebrada reu-

nião de Casablanca, que juntou dezenas e dezenas de Chefes de Estado e de Governo para apreciar e discutir "apoio político e económico aos países moderados do sul do Mediterrâneo, começando por Marrocos e Tunísia, no sentido de impedir a progressão do fundamentalismo islâmico e a conseqüente entrada na Europa, pelo lado sul, de milhares de emigrantes árabes na mira da sua segurança e melhoria do nível de vida". E, paralelamente, demonstrando acendrada vontade política e estratégica, tem de, complementarmente: imiscuir-se com interesse, ponderação e equilíbrio nos problemas globais e noutros regionais com todos os seus meios e com os que, mediante apoios bilaterais, possa obter; e montar e desenvolver política de boa vizinhança, acompanhando a evolução da situação, com todos os países, próximos ou afastados, englobados na sua área de interesse potencial.

As Forças Armadas portuguesas garantem, assim, no domínio da Segurança e Defesa e no uso permanente de uma sólida Ética Militar, a realização da política de Defesa Nacional, e o seu exemplo influenciará beneficentemente, sem dúvida, o comportamento de outros setores do Estado no mesmo domínio responsáveis.

Dispõem, para o efeito, de uma estrutura adequada ao potencial disponível do País e às relações de cooperação e apoio mútuos estabelecidas com outros países do globo e têm manifestado vontade e dinamismo em assim prosseguir, quer na consecução dos objetivos próprios, quer na das intenções políticas e estratégicas da Comunidade Internacional. □

BIBLIOGRAFIA

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA — Ministério da Defesa Nacional, Direção Geral de Política e Defesa Nacional (1993);

GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA DE PORTUGAL — Considerações sobre elementos históricos e atuais. Do Autor (1987);

LIVRO BRANCO DA DEFESA NACIONAL — Ministério da Defesa Nacional (1986);

PORTUGAL A SETE ANOS DO SÉCULO XXI — Contributo para o conhecimento geopolítico e geoestratégico da sua realidade. Do Autor (1993).



Reparando bem a Renave é a maior.

Há muito tempo a Renave conquistou o primeiro lugar como maior estaleiro especializado em reparos navais da América Latina, na área da iniciativa privada. Criando e desenvolvendo novos métodos de trabalho, a Renave visa sempre uma maior racionalização de serviços e elevação dos níveis de produtividade. Por isso vem conseguindo uma expressiva redução dos prazos e dos custos de seus serviços.

RENAVE — EMPRESA BRASILEIRA DE REPAROS NAVAIS S.A.

PRACA PIO X, 15 - 30º ANDAR - CENTRO
RIO DE JANEIRO - RJ - TELS: (021) 263-5111
263-8614 / 263-8061 - FAX: (021) 265-5082
TELEX: (121) 21993 FIRN BR

ESTALEIRO, ILHA DO VIANA - NITERÓI, RJ

RENAVE
em reparos navais, o maior é também o melhor.